



PF realiza Operação Segurança Legal em São Paulo

Somente neste mês de setembro de 2021, cerca de 11 empresas clandestinas foram fiscalizadas na operação



São Paulo/SP – A Polícia Federal executa com regularidade bimestral a OPERAÇÃO SEGURANÇA LEGAL na circunscrição da Superintendência da PF em São Paulo.

A Operação Segurança Legal visa coibir o exercício ilegal da atividade de segurança privada, explorada por empresas sem autorização da Polícia Federal e por pessoas não capacitadas, condutas que podem comprometer a segurança em espaços de acesso ao público, colocando em risco a vida de trabalhadores e de cidadãos que frequentam tais locais.

A operação mobiliza equipes de policiais federais, que promovem diligências de fiscalização para prevenção e repressão às atividades de segurança privada clandestina. Tais empresas atuam no mercado, prestando serviços de vigilância e segurança sem estarem em condições legais e técnicas para fazê-lo.

Somente neste mês de setembro de 2021, cerca de 11 empresas clandestinas foram fiscalizadas na Operação Segurança Legal. Durante este ano de 2021, mais de 35 diligências fiscalizatórias em empresas clandestinas foram realizadas. Isso, para garantir à sociedade uma prestação de serviço de segurança privada de forma lícita e legítima.

Foram encontradas várias irregularidades nos locais que foram alvos das diligências, entre eles, pessoas não autorizadas pela PF nas funções de vigilante, uso de uniformes não aprovados ou em desacordo com as normas legais.

Erro muito comum da população é acreditar que só a segurança armada necessita de autorização federal. A lei não faz tal distinção e toda atividade de segurança privada, seja armada ou desarmada, necessita de autorização da PF. Ainda que atuando na atividade desarmada, os vigilantes, para exercerem a profissão, precisam se capacitar por meio de um curso de formação, além de fazer um curso de reciclagem a cada dois anos, tudo sob fiscalização da PF.

Denúncias sobre irregularidade ou clandestinidade nas atividades de segurança privada podem ser feitas à DELESP pelo e-mail delesp.drex.srsp@pf.gov.br ou à Delegacia da PF mais próxima.

Seguindo todos os protocolos de cuidados do Ministério da Saúde, a Polícia Federal prossegue com seu trabalho.

CHEGA DE “MEDMORTE”

TODOS NO PROTESTO, SEXTA, DIA 24.

Atenção
Vigilantes



Os Sindicatos e os próprios Vigilantes cansaram na tentativa de dialogar com o Plano de Saúde MEDVIDA (MEDMORTE) e aguardar para ver se funcionava. Não tem jeito. O bicho é uma espelunca comedora de dinheiro do trabalhador e porta da morte para vigilantes das empresas que o contratou (MAP, BRASPE, TITÃ e outras).

Com os colegas da MAP já foram realizadas assembléias, levantamentos das irregularidades do tal plano, mas a verdade é que, se depender deste plano, todos morrem.

Demoram a marcar consultas além do prazo fixado pela ANS, desmarcam, embromam para marcar exames, encaminham para as empresas descontos ilegais e abusivos a título

de co-participação, clínicas descredenciam a toda hora, deixam o pessoal do interior sem assistência, entre outras mazelas.

Até alguns poucos compromissos que eles assumiram com os Sindicatos não cumpriram.

BASTA!

Sexta-feira, dia 24, nosso protesto é contra esta espelunca chamada MEDVIDA OU MEDMORTE.

VIGILANTES MAP, BRASPE, TITÃ E OUTRAS
SEXTA-FEIRA, DIA 24, ÀS 08HS

TODOS DEFRENTE AO SUAREZ TRADE -AV.
TANCREDO NEVES (PROXIMO A ESTAÇÃO DO
METRO RODOVIARIA E BANCO ITAU)

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Comissão rejeita criação de fundo para combater furtos a caixas eletrônicos



Alexandre Leite: já existe fundo similar que destina recursos contra esse crime

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados rejeitou na terça-feira (21) o projeto de lei que cria o Fundo Nacional de Combate a Roubo e Furto de Instituições Financeiras e Congêneres (PL 515/20).

O objetivo do fundo é desenvolver ações que visem impedir roubos e furtos a bancos e caixas eletrônicos. A proposta, de autoria do deputado Pastor Gil (PL-MA), foi relatada pelo deputado Alexandre Leite (DEM-SP), que recomendou a rejeição.

Leite afirmou que já existe um fundo similar (Fundo Nacional de Segurança Pública), que prevê a destinação de recursos para ações de prevenção e combate a roubos a instituições financeiras.

Ele disse também que os bancos já são obrigados por lei a submeter à Polícia Federal um plano de segurança para as agências e postos de atendimento.

Fonte

A proposta rejeitada determina que o novo fundo será constituído dos seguintes recursos: a contribuição mensal das instituições financeiras de pelo menos 2% do lucro mensal; dotações orçamentárias da União; doações e contribuições de pessoas físicas e empresas; rendimento decorrente de aplicações do próprio patrimônio do fundo; outros destinados por lei.

As verbas serão usadas para apoiar projetos nas áreas de segurança e tecnologia destinados, entre outros fins, a reequipamento e qualificação das equipes de segurança dos estados, sistemas de inteligência, e modernização da segurança de caixas eletrônicos.

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Janary Júnior

Edição – Marcelo Oliveira

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Bolsonaro aumentou as alíquotas do IOF e isso afeta a todos. Entenda por que

Novo índice do Imposto sobre Operação Financeira (IOF), que começou a valer nesta segunda, vai aumentar impostos de empréstimos, cheque especial, rotativo do cartão de crédito e prestações de imóveis



MARCELLO CASAL JR / AGÊNCIA BRASIL

Para pagar o novo Bolsa Família e, com isso, tentar se reeleger, o presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL) aumentou as alíquotas do Imposto sobre Operação Financeira (IOF) em 36%. As novas alíquotas, que incidirão sobre operações de crédito, câmbio, seguro e valores mobiliários passou a valer nesta segunda-feira (20) e serão cobradas até 31 de dezembro deste ano.

A medida afeta todos os brasileiros que têm ou precisarem de empréstimos, que usam o limite do cheque especial ou o rotativo do cartão de crédito ou pagam prestações de imóveis não

residenciais. Veja abaixo simulações de quanto os valores vão aumentar.

Bolsonaro tenta a todo custo colocar de pé o Auxílio Brasil, que substituiria o Bolsa Família, criado pelo ex-presidente Lula, com valor maior. Essa é a aposta dele para tentar reverter a queda nas pesquisas – Lula venceria as eleições com 56% dos votos se as eleições fossem hoje – e também a queda de popularidade – o presidente é reprovado pela maioria da população.

Com o aumento das alíquotas de IOF,

o presidente pretende arrecadar até R\$ 2,4 bilhões, segundo estimativas do próprio governo.

O cálculo que o governo não fez é que, com o dinheiro para crédito mais caro, as empresas vão repassar esse custo para os preços dos produtos, elevando o custo de vida da população, que já vem disparando nos últimos meses. Outras irão simplesmente desistir de novos investimentos, o que também prejudica os trabalhadores e o país porque deixam de gerar empregos em um momento de altas taxas de desemprego.

“Além do aumento do IOF, o governo deve aumentar a taxa de juros básica, a Selic, por causa da inflação. Esta combinação torna o dinheiro mais caro. Neste cenário, quem pensava em investir num negócio, abrindo novas vagas de trabalho, vai preferir não se endividar e fazer algum investimento”, acredita o economista da Unicamp, Marcio Pochmann.

O aumento do IOF torna o custo de vida mais caro e deixa mais distante a recuperação econômica e a diminuição do desemprego- Marcio Pochmann

Para o economista, o aumento do IOF mostra mais uma vez que o país está sem rumo na economia, numa crise que vem desde o governo de Michel Temer (MDB-SP).

Pochmann lembra que foi o emedebista que buscou dar uma “injeção” na economia liberando saques do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que Bolsonaro continuou e ainda liberou o auxílio emergencial até o final do ano passado.

Segundo Pochmann, o governo não tem garantia de crescimento econômico e busca dar injeção de consumo atendendo os mais

necessitados. Isto, diz, ameniza o sofrimento das pessoas, mas mostra que a economia não tem condições de crescer.

“Já tivemos a liberação do PIS/PASEP, do FGTS e outros auxílios porque a nossa economia está em coma e só reage a base de injeções, mas isso é só um solavanco e ela volta ao coma”, analisa Pochmann.

Embora acredite que tributar uma transação financeira, é melhor do que aumentar outros impostos que podem impactar mais diretamente nos preços dos alimentos, a economista e professora titular da Faculdade de Economia e Administração da USP, Leda Paulani, diz que este não é o momento para o aumento do IOF, em função da crise econômica.

Para ela, esta decisão não se justifica economicamente e, é contraditória com o próprio governo que defende um Estado cada vez mais afastado das políticas públicas.

“O governo tem um ideário ultraliberal e repentinamente, tira da cartola o aumento de um tributo para acomodar um novo auxílio, pois sabe que será impossível para Bolsonaro se reeleger, como mostram as pesquisas eleitorais”, diz Paulani.

O economista Marcio Pochmann concorda com a avaliação de Paulani de que o objetivo do governo é eleitoreiro. Ele lembra que o próprio governo acabou com o auxílio emergencial acreditando na retomada da economia neste ano, e que agora, apesar do aumento da vacinação e a diminuição dos óbitos pela Covid-19, o que se vê é uma busca por novas fontes de arrecadação, numa tentativa de amenizar a rejeição a Bolsonaro.

“O governo acena com aumento dos juros, da IOF e até parcelar as dívidas de precatórios, por

falta de planejamento. Se a economia estivesse bem, as pessoas estariam empregadas e não precisando de novos auxílios”, conclui Pochmann.

Mudanças na política de preços de combustíveis

Para Leda Paulani mais do que reajustar o índice do IOF para pagar auxílio, o governo ajudaria mais a população acabando com a atual política de preços de combustíveis da Petrobras que atrela o valor do barril de petróleo ao dólar.

A economista ressalta que a falta de reação da economia mesmo com o fim de diversas restrições que estavam em vigor durante a pandemia, se deve aos constantes reajustes dos combustíveis que provocam ainda mais inflação.

“Tudo começa com a indexação dos preços dos combustíveis que entram no custo da produção de qualquer coisa. Sem uma nova política que baixe esses preços, a inflação deve continuar em alta, dificultando a retomada econômica”, afirma Leda Paulani.

Confira o que muda com o IOF

O aumento da alíquota do IOF vai incidir nas operações de operações de crédito (como empréstimo e financiamento); e em operações de financiamento para aquisição de imóveis não residenciais, em que o mutuário seja pessoa física.

Alíquota diária atual

Pessoa jurídica	0,0041%
Pessoa física	0,0082%

Nova Alíquota diária

Pessoa jurídica	0,00559%
Pessoa física	0,01118%

Alíquota anual atual

Pessoa jurídica	1,50%
Pessoa física	3,0%

Nova alíquota anual

Pessoa jurídica	2,04%
Pessoa física	4,08%

Empréstimos mais caros

Numa simulação feita ao G1, o tributarista Lucas Ribeiro, CEO da ROIT, avaliou que num empréstimo pessoal de R\$ 1.000,00, em 12 parcelas, os atuais R\$ 33,73 pagos de IOF vão subir para R\$ 44,61- um aumento de 32,25% do imposto.

Para a pessoa jurídica, o IOF num empréstimo de R\$ 10 mil, também a ser pago em 12 meses, subirá de R\$ 187 para R\$ 242 - alta de 28,98%.

Juros de cheque especial e de cartão de crédito mais caros

A nova tarifa vai ser aplicada no cheque especial e em atrasos da fatura do cartão e financiamentos.

Quem cair no rotativo do cartão de crédito será cobrado em 0,38% do valor mais uma taxa diária de 0,01118%. A mesma alíquota será aplicada no empréstimo consignado e no cheque especial.

Os novos valores serão cobrados apenas na alíquota diária dessas operações de crédito.

As pessoas jurídicas que aderiram ao Simples Nacional vão continuar pagando a mesma alíquota de IOF para operações diárias de crédito, de 0,00137% ao dia.

Com informações da Agência Brasil

***Edição: Marize Muniz**

FONTE: CUT - Rosely Rocha

Sem acesso à educação e na informalidade, trabalhadores ficam sem previdência social

O desafio dos sindicatos é lutar para garantir tanto políticas públicas de educação como medidas na convenção coletiva de elevação permanente de qualificação profissional, diz dirigente da Fetquim-CUT



Quanto menor a escolaridade de um trabalhador ou trabalhadora menor é sua proteção previdenciária, revela estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), da Universidade de São Paulo (USP), feito pelos economistas Rogério Nagamine Costanzi e Carolina Fernandes dos Santos, publicado nesta segunda-feira (20) no jornal Valor Econômico.

O estudo analisou dados da Previdência Social do ano de 2019 e constatou que dos 119,2 milhões de brasileiros na faixa etária dos 20 a 59 anos, 64,6 milhões, o que equivale a 54,2% do total, não contribuíram com a previdência social; outros 54,6 milhões, 45,8%, contribuíram.

Dos que não contribuíam 44% estavam na informalidade, 15% estavam desempregados e 40% inativos.

O estudo mostra ainda que dos trabalhadores que estudaram até o ensino fundamental somente 28,5% tinham contribuição previdenciária e 71,5% estavam sem proteção.

Já entre os que fizeram até o ensino médio, 48,4% tinham contribuição pra previdência e 51,6% não contribuíam.

Entre os que têm ensino superior, o percentual dos que contribuíram com a previdência subiu para 66,8% contra 33,2% que não contribuíram.

Construção permanente de políticas de educação

Os dados mostram que é fundamental “lutar por políticas de educação tanto formal como profissional para todos. E o momento da Campanha Salarial e da convenção coletiva é um espaço pra isso”, afirma Ailton Cano, coordenador político da Federação dos Trabalhadores do Ramo Químicos da CUT do Estado de São Paulo (Fetquim-CUT).

“Nossa campanha é sempre por direitos, saúde e mais empregos decentes sempre. E se a educação é um entrave para o trabalhador ter direitos previdenciários, o tema tem de estar na nossa pauta, ainda mais no ano em que comemoramos os 100 anos de Paulo Freire, o patrono da educação brasileira”, acrescentou o dirigente.

Golpe neoliberal cortou verbas da educação e direitos previdenciários

“Desde o golpe de 2016 estamos perdendo direitos na educação com cortes de verbas e também direitos previdenciários, que foi o objetivo da reforma neoliberal da Previdência do Bolsonaro”, diz o secretário de Saúde, da Fetquim-CUT, André H. Alves.

Segundo ele, esses ataques têm prejudicado muito os trabalhadores que não puderam estudar mais e se qualificar melhor para se adequar as transformações do mundo do trabalho.

“Com o avanço das novas tecnologias e da indústria 4.0 os trabalhadores precisam ter oportunidades de elevar a escolaridade, para não perder direitos futuros na previdência e estar preparados para as mudanças no mundo do trabalho”, diz.

“Também é preciso exigir dos governos escolaridade para os informais para que possam ter proteção social”, conclui o dirigente.

Fonte: Fetquim-CUT com edição de Marize Muniz – CUT Brasil

Frigorífico é condenado por apalpação de empregado em revista pessoal

A conduta foi considerada abusiva.



Silhueta de homens sendo revistados por segurança

A Seara Alimentos Ltda. foi condenada pela Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao pagamento de indenização, no valor de R\$ 5 mil, a um empregado que, durante revista pessoal e corporal, teve o corpo apalpado por segurança da empresa. A decisão segue o entendimento do TST de que a revista realizada mediante contato físico extrapola os limites do poder diretivo do empregador.

Alarme

O profissional iniciou suas atividades na empresa em 2003, e, quando foi dispensado em 2014, era operador de produção. Na reclamação trabalhista, ele disse que, caso soasse o alarme do detector de metais, era obrigado a passar por revista física e nas sacolas ou mochilas. Segundo ele, diversas vezes teve de erguer a camiseta e mostrar a barriga na frente das pessoas que estivessem no local. A situação, a seu ver, gerava humilhação e externava discriminação.

Em depoimento, uma testemunha afirmou que a revista era feita na saída pela segurança e pelos encarregados, que apalpavam o corpo dos empregados na busca de desvio de mercadorias. Por outro lado, a testemunha da empresa relatou que nunca fora revistada.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Revista esporádica

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) confirmou a sentença, que indeferiu a pretensão de pagamento de indenização por danos morais. Segundo as instâncias inferiores, a própria testemunha indicada pelo empregado afirmara que “as revistas ocorriam de duas a três vezes por ano” e que começavam “quando sumia produto”. Embora tenha se confirmado a ocorrência das revistas, elas foram consideradas esporádicas e eventuais, e não foi comprovado que havia contato físico durante o procedimento.

Limites

O relator do recurso de revista do trabalhador, desembargador convocado Marcelo Pertence, assinalou que, de acordo com a jurisprudência do TST, as revistas realizadas nos pertences pessoais de todos os empregados, indiscriminadamente, sem contato físico, estão no âmbito do poder diretivo e fiscalizatório do empregador. Mas, no caso, o TRT registrou que, além da visualização de pertences, havia revista corporal.

“A revista pessoal, com contato físico, extrapola os limites do poder diretivo do empregador, configurando situação vexatória que afronta a intimidade e a dignidade do trabalhador, pois expõe parte do seu corpo”, concluiu.

**A decisão foi unânime.
(LT/CF)**

Processo: RR-860-17.2014.5.09.0654

FONTE: TST

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF